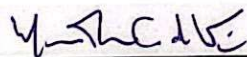


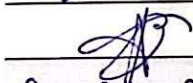
ATA Nº 09, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMDEMA - CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE E CONTROLE SOCIAL DE SANEAMENTO BÁSICO.

Aos (10) dez dias do mês de março do ano de 2022, através do aplicativo Meet, meio pelo qual a reunião aconteceu e registrou-se a presença dos seguintes conselheiros: Marcus Raimundo Carvalho da Silva Filho – SEMURB/presidente do Conselho; Robson da Silva Siqueira – IFCE/Campus Maranguape; José Aírton Alcântara Monte – EMATERCE; Israel Cavalcante Mendes – SEMA; Aquécio Oliveira – SEINFRA; José Dalisson Cavalcante do Nascimento – Associação Comunitária dos Moradores de Cachoeira; Antônia Beatriz Ferreira Andrade – CEM; Shirley Oliveira Ferreira - Associação de Catadores AVATAH; Arthur Abreu Costa Facundo – Facundo Engenharia; José Luiz Ferreira de Menezes – CEEU. Tivemos ainda a participação dos técnicos e apoios da SEMURB: Ítalo Renan Ferreira Girão – Gerente do Núcleo de Meio Ambiente; Carlla Danielle da Silva Laureano – Gerente do Licenciamento Ambiental e Anielda Favila Prata – Suporte técnico. Registramos a ausência das seguintes instituições sem registro de justificativa: EEEP Salaberga; Associação dos Moradores da Serra do Lagedo; CAGECE; Câmara Municipal de Maranguape; Secretaria Municipal de Saúde e COOPERFAM. **Pautas do dia: 01-Apresentação dos novos membros do COMDEMA; 02-Dinâmica do Conselho; 03- Licenciamento Ambiental Municipal; 04-Plano Municipal de Saneamento Básico/PMSB; 05-Festa Anual das Árvores.** A primeira pauta de apresentação dos conselheiros foi cumprida e, logo após, o gerente Ítalo explicou a dinâmica do conselho, em relação a nova atribuição de acompanhar as metas de regulação de água e esgoto, como também as obras e as intervenções em relação a essa temática, sendo um conselho deliberativo, que segue o Regimento Interno (que regulamenta esta dinâmica). As deliberações são através da criação e aprovação de Resoluções (proposições, alternativas, medidas a serem adotadas), o Conselho se reúne de forma ordinária mensalmente (na segunda quinta-feira do mês, geralmente de forma virtual) com início às nove horas (5 minutos de tolerância) e encerrando as dez horas, assim cumprindo a segunda pauta. A terceira pauta foi iniciada com a Gerente do Núcleo de Licenciamento Ambiental, Carlla Danielle da Silva Laureano, que apresentou alguns TCCA's - Termos de Compromisso de Compensação Ambiental (instrumento jurídico que o solicitante assume o compromisso de compensar os impactos gerados pelo empreendimento ou atividade), apresentados ao Conselho, para subscrever os termos. Essas compensações são em razão da necessidade de licenciamento, pelo fato dessas empresas começarem a funcionar sem as devidas autorizações e agora, estão buscando a regularização. Hoje será apresentado os cinco TCCA's que se seguem: Clínica Maranguape (clínica odontológica, solicitou o licenciamento único), sendo a proposta do TCCA, doação de material de escritório; Delicates (confeção de laços) será a realização da calibração do decibelímetro da SEMURB; Supermercado Nidobox (comercio varejista de produtos) será a doação em espécie para o FUNDEMA; Farmácia Premium (comércio varejista de produtos farmacêuticos) será a doação de placas para fins de educação ambiental; Xerez Avícola (avicultura/criação de animais) será a doação para o FUNDEMA. O gerente Ítalo complementou, que o licenciamento precisa regularizar essas empresas que já operam de forma "irregular", orientou também sobre o termo "doação", que deverá ser substituído no texto do TCCA, por "compensação". Os conselheiros deverão discutir sobre as indicações de compensatórias propostas pelo Núcleo de Licenciamento. A conselheira Shirley/AVATAH, levantou a questão da obra da CAGECE (rua Agostinho Fernandes, continuação da rua Major Agostinho) que está causando transtornos na área urbana. O gerente Ítalo esclareceu que a obra da CAGECE ultrapassa os limites do município e, quem concede o licenciamento no âmbito estadual é a SEMACE – Secretaria do Meio Ambiente do Ceará; acrescentou que de maneira não oficial, a SEMURB já se comunicou com a CAGECE sobre os reparos na via, o retorno da mesma, foi que ela está realizando uma licitação para terceirizar os serviços de reparo da obra. A Conselheira Shirley sugeriu que fosse criado um canal de comunicação com a população, intitulado: "Você sabia?", esclarecendo e compartilhando informações desse tipo, de que a obra não é de competência local. O Conselheiro Aquécio/SEINFRA, perguntou se já tinha sido feita a análise de riscos, vislumbrando a Resolução nº 01/1986 do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente. A gerente do Licenciamento Ambiental, Carlla Danielle, respondeu que todos os empreendimentos são de médio impacto local, e que foi realizado toda a vistoria de um licenciamento normal, de acordo com a legislação ambiental aplicável. O Gerente Ítalo, propôs que fosse dado os devidos encaminhamentos, sendo um dos pontos, gerar uma Resolução do COMDEMA autorizando a SEMURB a cobrar as devidas compensatórias para as atividades

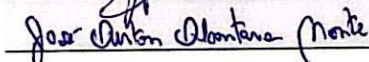
empreendedoras, onde o setor de licenciamento deve gerar a Minuta da Resolução, para ser apreciada pelos conselheiros. O Conselheiro Aquécio perguntou sobre o cálculo, como vai ser o grau e valor do impacto. No caso da Clínica Maranguape e a Delicates (licenças ambientais únicas) são compensatórias mais simples; A Farmácia Premium também se enquadra como LAU - Licença Ambiental Única, foi solicitado o PGRS - Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, sendo os três casos similares, resultando em compensatórias mais simples, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais). O Gerente Ítalo sugeriu que fosse colocado na minuta, o critério (cálculo) correspondente ao percentual do valor de cada obra, justificando que os valores dessas três empresas, não serão convertidos ao FUNDEMA, as outras duas empresas (NIDOBX) no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) e a XEREZ Avícola no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) serão revertidos ao FUNDEMA. O conselheiro Robson Siqueira/IFCE, pediu esclarecimentos em relação a qual é o percentual da obra em relação a compensação cobrada, pra determinar se está correto e justo (o valor da obra, não é necessariamente/diretamente proporcional ao impacto) sugeriu realizar um zoneamento, estabelecendo um percentual pela área impactada. O gerente Ítalo relatou que na resolução do Estado, o mínimo é meio por cento e que não estipula o máximo, provocando os conselheiros a possibilidade de criar uma Resolução própria, para estipular o máximo e mínimo (dosimetria) e as situações específicas, para que não haja a necessidade de a SEMURB trazer para as reuniões do COMDEMA, todos os empreendimentos, tornando esses pontos, numa Resolução Municipal (valores mínimos e máximos, os critérios, dosimetria, ...). O Conselheiro Aquécio pediu que fosse informado também, o tempo que estas empresas estão descobertas/sem o licenciamento. Após as devidas considerações pelos conselheiros, foram tomadas as seguintes decisões: Será feita a minuta pelo setor de licenciamento e será cobrado os valores das compensatórias estabelecidas, para que na próxima reunião, seja feita a apreciação e votação da Resolução que autoriza o licenciamento com as respectivas compensatórias. Ainda cumprindo a **terceira pauta** (Licenciamento Ambiental Municipal), mais dois pontos foram levantados: Fazer uma atualização na Resolução que trata das compensações ambientais e fazer uma revisão na Resolução do COMDEMA nº 002/2021 (dispensa de licenciamento para alguns casos; diferenciação de taxas para MEI, ME, EPP; revisão das atividades diferentes de licenciamento ambiental), gerando três propostas de minutas: a de autorização dos licenciamentos das empresas (já discutida/apreciada hoje) a das compensatórias e a da revisão da Resolução COMDEMA 002. Os textos das minutas serão preparados pelo setor jurídico e de licenciamento e, enviados para o grupo (WhatsApp) para que na próxima reunião já seja colocado algumas em votação. A **quarta pauta**, a título de informação, Maranguape assinou um convenio com a CAGECE e recebeu o Plano Municipal de Saneamento Básico/PMSB, com as metas até 2040, de universalizar água tratada, coleta e tratamento de esgoto para todo o município. A **quinta e última pauta** é em relação a programação da Festa Anual das Árvores, que será disponibilizada também no grupo, com a programação. Foi proposto uma reunião extraordinária para a apreciação das minutas. A próxima reunião ordinária, de acordo com o calendário, será dia catorze de abril. Sem mais para o momento, esta reunião foi encerrada e a Ata será assinada por todos os presentes. -----



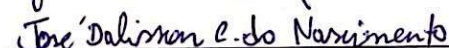
1. Marcus Raimundo Carvalho da Silva Filho/SEMURB



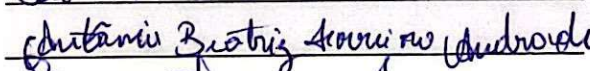
2. Robson da Silva Siqueira/IFCE



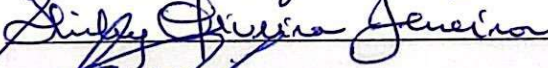
3. José Airton Alcântara Monte/EMATERCE




4. José Dalisson Cavalcante do Nascimento/Cachoeira



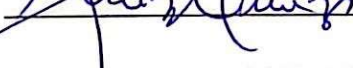
5. Antônia Beatriz Ferreira Andrade/CEM



6. Shirley Oliveira Ferreira/AVATAH



7. Arthur Abreu Costa Facundo/Facundo Engenharia



8. José Luiz Ferreira de Menezes/CEEU



Israel Cavalcante Mendes
Aquécio Oliveira
Ítalo Renan Ferreira Girão
Aniêlda Favila Prata
Carla Danielle da Silva Laureano

9. Israel Cavalcante Mendes/SEMA

10. Aquécio Oliveira/SEINFRA

11. Ítalo Renan Ferreira Girão/Gerente SEMURB

12. Aniêlda Favila Prata/Técnica SME

13. Carla Danielle da Silva Laureano – Gerente SEMURB